

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL:
CONSTITUIÇÃO, ÁREA DE ABRANGÊNCIA E ESTRUTURA FUNCIONAL**

Luiz Alberto Neves – NPDR/FURB – UNIDAVI

E-mail: seven@unidavi.edu.br

1. Introdução

Este artigo objetiva mostrar os aspectos relevantes no desenvolvimento da região de Rio do Sul e sua relação com a criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional. Pretende-se com este estudo mostrar a importância da descentralização do governo no que se refere à democratização de suas ações e, a forma como se constituiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Buscar-se-á atingir os objetivos deste artigo identificando como ocorre o processo de criação de uma SDR, a composição dos cargos funcionais. Pretende-se também identificar quais os motivos que levam a constituição de uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, sua importância para o desenvolvimento da região seja no âmbito econômico, social, cultural e ambiental.

Visa também, destacar as ações, decisões, para mudar a realidade local e a forma como a sociedade civil organizada e participante, criará as condições necessárias para mudanças qualitativas e quantitativas nos municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

Este estudo objetiva mostrar os aspectos relevantes no desenvolvimento da região de Rio do Sul, as funções do quadro funcional descrito no organograma da SDR, a forma como se constitui o Conselho de Desenvolvimento Regional na SDR de Rio do Sul e, principalmente a análise das atividades do Conselho de Desenvolvimento Regional, órgão vinculado Secretaria de Desenvolvimento Regional.,

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Buscar-se-á atingir os objetivos deste artigo identificando como ocorre o processo de criação do conselho mostrando quem são, ou seja, qual a atividade profissional, social e política das pessoas que compõem o conselho. O trabalho pretende mostrar de que forma o conselho participa das decisões que são tomadas na SDR, a autonomia dos membros participantes no que diz respeito às políticas públicas implementadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul. Segundo (ISLA, 2005) a organização comunitária deve ser legalmente constituída e, o poder deve ser compartilhado entre a equipe do projeto e os representantes da comunidade.

Pretende-se também, destacar as ações e decisões que serão tomadas com a finalidade de mudar a realidade local e a forma como a sociedade civil organizada e participante, busca alternativas necessárias para promover as transformações qualitativas e quantitativas nos municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul.

2. Descentralização das ações governamentais

A Constituição brasileira de 1891 marcou o início do sistema federativo brasileiro. De concepção republicana e federativa, influenciada pela Constituição dos Estados Unidos da América, o texto incluiu o município autônomo como princípios fundamentais da organização política do Brasil. Neste período, surge a proposta de federalismo cooperativo de modo que os consórcios intermunicipais foram previstos e considerados na forma de contratos que, se celebrados entre Municípios, precisavam da aprovação do Estado e, se celebrados entre Estados, precisavam da aprovação da União.

Abrucio (1998) ao estudar os dilemas da centralização versus descentralização do poder na formação do Estado nacional brasileiro, conclui que, apesar da influência do modelo americano muito presente nas idéias de seu idealizador Rui Barbosa, o feudalismo assumiu características bem distintas.

O processo de descentralização esteve condicionado pelo ambiente político democrático, pelas inovações e regras estabelecidas pela Constituição de 1988, em especial a descentralização fiscal e a extensão de direitos sociais, e pela estrutura socioeconômica do país. A estrutura

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

federativa no Brasil sofreu grandes mudanças, desde o processo de redemocratização, o que levou a modificação da distribuição do poder político no país.

Após o colapso do modelo centralizador e autoritário erigido no regime militar, a nova Constituição de 1988 baseou-se numa concepção de descentralização do poder central do Estado, conferindo novas atribuições e maior autonomia dos poderes locais. (ABRUCIO, 2001) afirma que a descentralização se reduziu à municipalização, pois a Constituição de 1988 conferiu a cada ente federativo um rol de políticas públicas, algo incomum na experiência internacional.

Partindo dessa nova realidade, em Santa Catarina, criou-se um novo modelo de descentralização. Para que o Governo possa efetivamente estar presente em todo o território catarinense, fez-se uma reengenharia na estrutura governamental, para promover a redistribuição de funções - sem aumentar cargos - substituindo funções centralizadas por regionalizadas. Essa regionalização fundamentou-se nas Secretarias e nos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

As Secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento enquanto que os Conselhos (integrados pelos Prefeitos e pelos órgãos da comunidade, que representem a força viva de cada micro-região), transformam-se no Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado; a escala de prioridade das ações; a integração Estado/Município/Comunidade, no planejamento e execução de metas.

A regionalização se manifesta pelo apoio do Estado aos municípios, que formam a SDR. As ações viabilizam a execução de obras locais, buscando a melhoria da qualidade de vida da população, através de investimentos públicos advindos de recursos do governo do Estado direcionados de acordo com as prioridades levantadas pelo conselho integrado de prefeitos respeitando a capacidade financeira e orçamentária da SDR.

O caráter decisivo das estratégias de indução no processo de descentralização assinalado significa dizer que ações deliberadas e eficientes podem alterar as bases de cálculo das unidades locais, modificando o peso e a importância dos condicionantes estruturais e institucionais. ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, Junho, 1999.

Os investimentos públicos visam o desenvolvimento de cada região que forma uma SDR, buscando a democratização das ações e a transparência, através do engajamento e participação

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

das comunidades de cada micro-região, com a regionalização do Orçamento, do Planejamento, da fiscalização e das ações.

Os recursos se destinam prioritariamente à infra-estrutura e tem, além de tudo, um objetivo econômico-social: o de combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, inchando e deformando as cidades, reequilibrar, harmonicamente, a população catarinense em todo o território, com qualidade de vida.

3. Os atores locais

Os projetos de desenvolvimento são sempre elaborados em gabinetes, frequentemente, por não levar em conta a população, que são de fato os atores do desenvolvimento, e suas estratégias são fadados ao fracasso. Quando esses atores locais se mobilizam em um movimento de pressão faz com que o coletivo se torne o ator político, a união é a condição para sair do localismo e aumentar o poder de pressão.

A intervenção de poderosas forças econômicas e políticas externas não prestam a devida atenção à interação e as influências das estruturas locais e extra locais. Estas diferenças teóricas podem ser superadas se for combinado com os modos de análise dos atores locais, ou seja, que sejam ouvidos os principais elementos do desenvolvimento social, a comunidade local.

De maneira geral, e à parte todas as diferenças e especificidades conceituais, a democracia participativa ou deliberativa diz respeito a um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. (BORBA, 2007, p. 25)

Os diversos problemas regionais teoricamente não podem ser adequadamente examinados, sem adotar um tipo de enfoque centrado nos atores locais que observe como os diferentes grupos e categorias sociais, percebem os processos e os problemas da incorporação pela intervenção externa.

Neste contexto torna-se imperativo identificar e aproveitar as conjunturas históricas favoráveis a fim de multiplicar as iniciativas que a sociedade civil usa para administrar os recursos disponíveis em uma direção renovada. Segundo (MANFRED A. MAX-NEEF 1993)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

o desafio vai além do tipo de Estado e se estende além da capacidade da própria sociedade civil para mobilizar-se e adequar uma ordem político representativo aos projetos dos diversos e heterogêneos sujeitos sociais.

Ao criarem-se as condições para potencializar o desenvolvimento local, onde sua influência transcenda as limitações municipais, inicia-se a construção de uma nova hegemonia em âmbito regional. É importante valer-se das diversas práticas locais e micros espaciais que se constituem em uma realidade social nova e deve articular-se em um projeto com exigência regional.

O conhecimento mútuo de uma comunidade possibilita ação conjunta que numa escala micro local pode frequentemente dispensar a intervenção do Estado, mas não se pode imaginar a promoção do desenvolvimento sem a presença do Estado principalmente no que se refere aos recursos públicos.

A noção de descentralização municipal tem sido utilizada com frequência na literatura para designar os processos de municipalização política e descentralização administrativa, isto é, maior atribuição nas competências e recursos à disposição dos municípios (SANTOS Junior, Orlando Alves. Democracia e Governo Local. Rio de Janeiro: Revan, 2001).

Para poder impor suas reivindicações e as demandas os atores locais utilizam-se da força política, onde o Estado assim torna-se alcançável já que a política é feita de enfrentamento. É aí que se constroem as identidades políticas que se experimenta o diálogo, a negociação e participação comunitária.

Em muitas regiões do Brasil, onde se processam as dinâmicas microrregionais, coincidem com a ausência do Estado de Direito isso faz com que as organizações comunitárias que tentam construir alternativas de desenvolvimento têm que investir primeiro na conquista dos direitos básicos de cidadania, sobrando pouco tempo para outras propostas, como as que buscam o desenvolvimento econômico e social, por exemplo.

Neste contexto qualquer mudança estrutural sugere que haja interesse pelo modo como os atores sociais locais e os grupos particulares criam espaços para si mesmo e, como os processos interativos e interpretativos podem proporcionar uma mudança estrutural mais ampla.

4. Constituição da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

As Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina foram criadas pelo atual governador, Sr. Luiz Henrique da Silveira, através da Lei nº 243 de 30 de janeiro de 2003 e, alterada pela Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, que criou as Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Entende-se por Secretaria de Desenvolvimento Regional, uma autarquia ou representação do Governo Estadual, estabelecida fora da capital do estado, com funções político-administrativas como:

Representar o Governo do Estado nas suas respectivas regiões; elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e com a participação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; elaborar os respectivos regimentos internos, observando as particularidades regionais; executar obras e serviços públicos na região de abrangência, ou coordenar a sua execução; realizar reuniões periódicas com o Conselho de Desenvolvimento Regional para propor, planejar e deliberar sobre assuntos de interesse da região; apoiar os municípios na execução dos programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento sustentável regional e municipal. (HARVEY, 2004), uma aliança de classes em nível regional emerge para estabelecer um padrão de governança, em que os pilares são, fundamentalmente, a saúde econômica e o bem-estar da coletividade regional.

Com este ato identifica-se claramente o plano do governo em descentralizar a estrutura pública estadual, dando autonomia às Secretarias de Desenvolvimento Regional, pois quanto mais próximo do cidadão o poder de decisão, com relação às políticas públicas, melhor será a qualidade da prestação do serviço governamental. Existe também o compromisso de apoiar os municípios na viabilização da execução de obras locais, .

5. Municípios que compõem a SDR de Rio do Sul e principais indicadores

A SDR de Rio do Sul é composta pelos seguintes municípios: Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste,

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central. A região foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos o que pode ser observado pelas características da arquitetura, hábitos e costumes presentes na região da SDR, assim como no Vale do Itajaí e, como também, em grande parte do Estado de Santa Catarina.

5.1 Área e população

Municípios da SDR de Rio do Sul

Cidade	Área	Total População
Agrolândia	207 km ²	9.080
Agronômica	136 km ²	4.677
Braço do Trombudo	90 km ²	3.288
Laurentino	80 km ²	5.483
Mirim Doce	336 km ²	2.545
Pouso Redondo	360 km ²	13.722
Rio do Campo	506 km ²	6.042
Rio do Oeste	246 km ²	6.795
Rio do Sul	258 km ²	56.919

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Salete	179 km ²	7.432
Santa Terezinha	716 km ²	9.025
Taió	693 km ²	16.838
Trombudo Central	103 km ²	6.221
Total	3.910 km²	148.067

Tabela 1 – Área e população

Fonte IBGE - 2007

População Municípios da SDR de Rio do Sul (%)

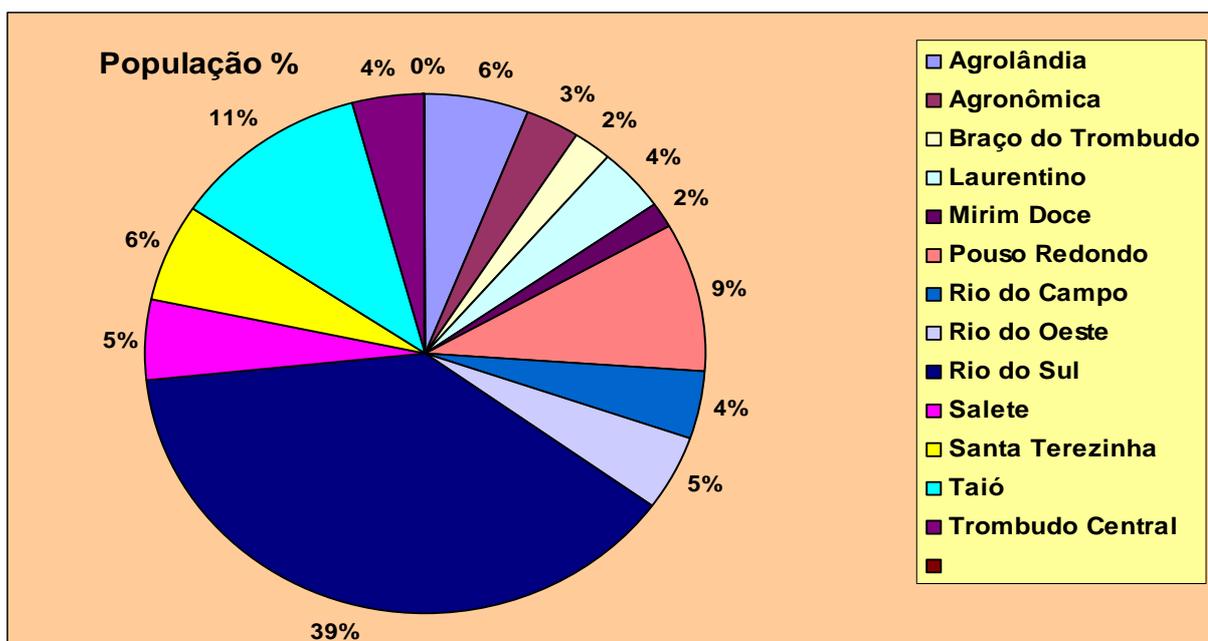


Gráfico 1- População municípios SDR (%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da tabela 1

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Área Municípios da SDR de Rio do Sul

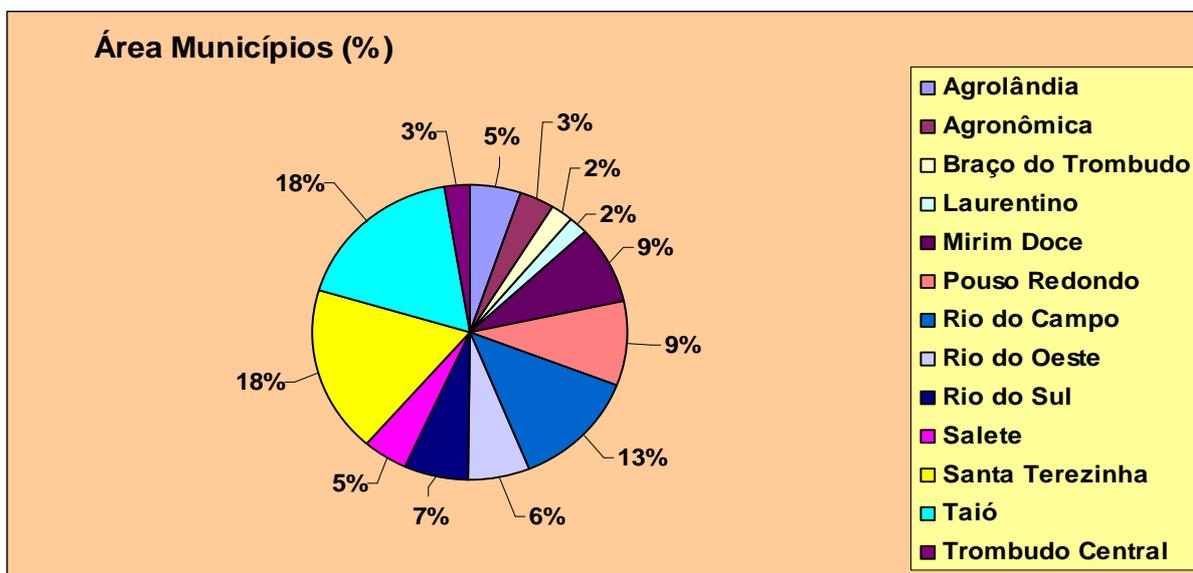


Gráfico 2- Área municípios (%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da tabela 1

A tabela 1 e gráficos 1 e 2 mostram que o município sede da SDR, Rio do Sul, possui a maior população da região, já o município de Santa Terezinha é o maior em extensão de terras. A grande maioria dos municípios sobrevive da agricultura e pecuária. Rio do Sul é o município mais industrializado da região, pólo de comércio e outros serviços, visitado diariamente pelos moradores dos municípios vizinhos.

5.2 PIB – Produto Interno Bruto

Municípios Região da SDR de Rio do Sul PIB (em mil reais)

Cidade	Valor Adicionado na Agropecuária	Valor Adicionado na Indústria	Valor Adicionado no Serviço	PIB
Agrolândia	16.404	29.129	37.604	91.023
Agronômica	21.306	20.055	19.193	63.913
Braço Trombudo	6.158	32.461	20.260	72.389
Laurentino	11.323	32.535	27.034	77.159
Mirim Doce	11.094	3.269	9.289	24.587

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Pouso Redondo	29.945	49.179	63.207	155.107
Rio do Campo	30.658	13.358	24.243	71.121
Rio do Oeste	30.780	12.446	28.159	74.875
Rio do Sul	12.820	274.554	553.390	959.932
Salete	20.131	20.106	31.342	76.379
Santa Terezinha	54.384	4.297	24.597	84.948
Taió	41.972	53.314	92.364	211.147
Trombudo Central	11.709	46.955	36.465	108.664

Tabela 2- PIB

Fonte: IBGE – 2007

Municípios Região da SDR de Rio do Sul PIB (em %)

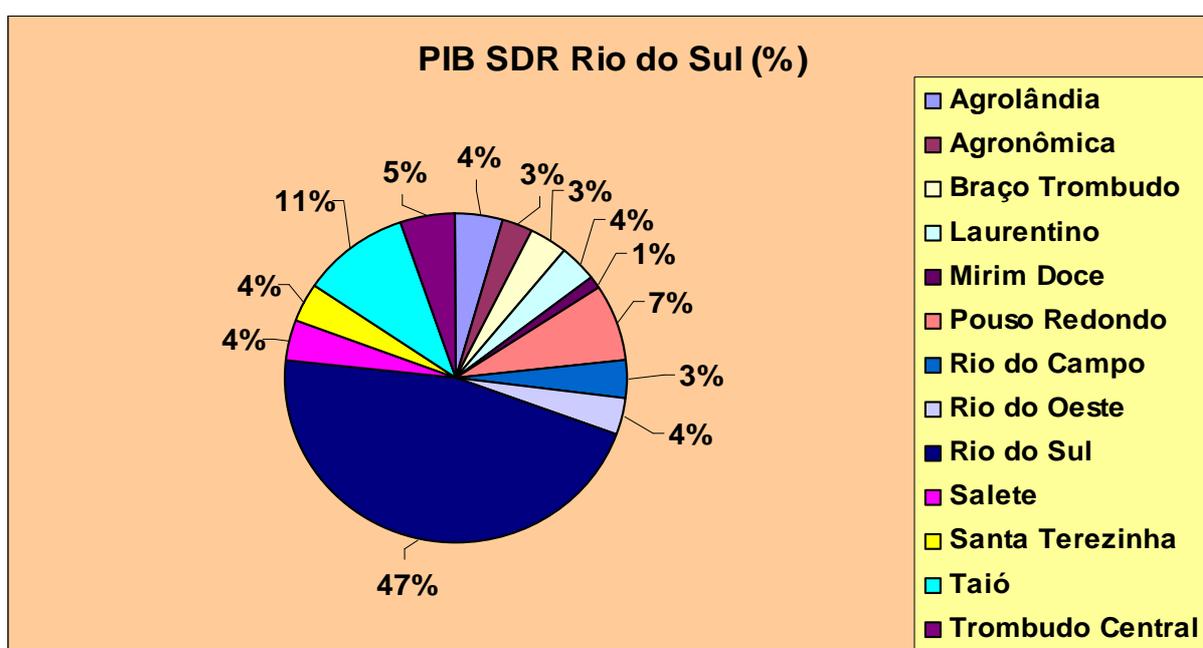


Gráfico 1- PIB (%)

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da tabela 2

A tabela 2 e gráfico 1 mostram o PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios da região da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, considerando o valor adicionado da produção agrícola, da indústria, serviços e PIB total. Chama a atenção o tamanho do PIB de Rio do Sul, 47% do PIB regional, em relação aos municípios vizinhos, que por outro lado, equivalem-se em termos econômicos, exceto o município de Mirim Doce que possui o menor PIB da região.

5.3 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Cidade	Longevidade	Educação	Renda	IDHM
Agrolândia	0,805	0,853	0,668	0,775
Agronômica	0,850	0,878	0,706	0,811
Braço do Trombudo	0,844	0,868	0,686	0,868
Laurentino	0,850	0,887	0,738	0,825
Mirim Doce	0,796	0,855	0,718	0,790
Pouso Redondo	0,824	0,851	0,683	0,786
Rio do Campo	0,850	0,863	0,677	0,797
Rio do Oeste	0,805	0,880	0,713	0,799
Rio do Sul	0,798	0,915	0,769	0,827
Salete	0,837	0,881	0,683	0,800

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Santa Terezinha	0,761	0,837	0,617	0,738
Taió	0,813	0,894	0,719	0,809
Trombudo Central	0,850	0,892	0,711	0,818
Media Estado	0,727	0,849	0,723	0,822

Tabela 3 – IDH

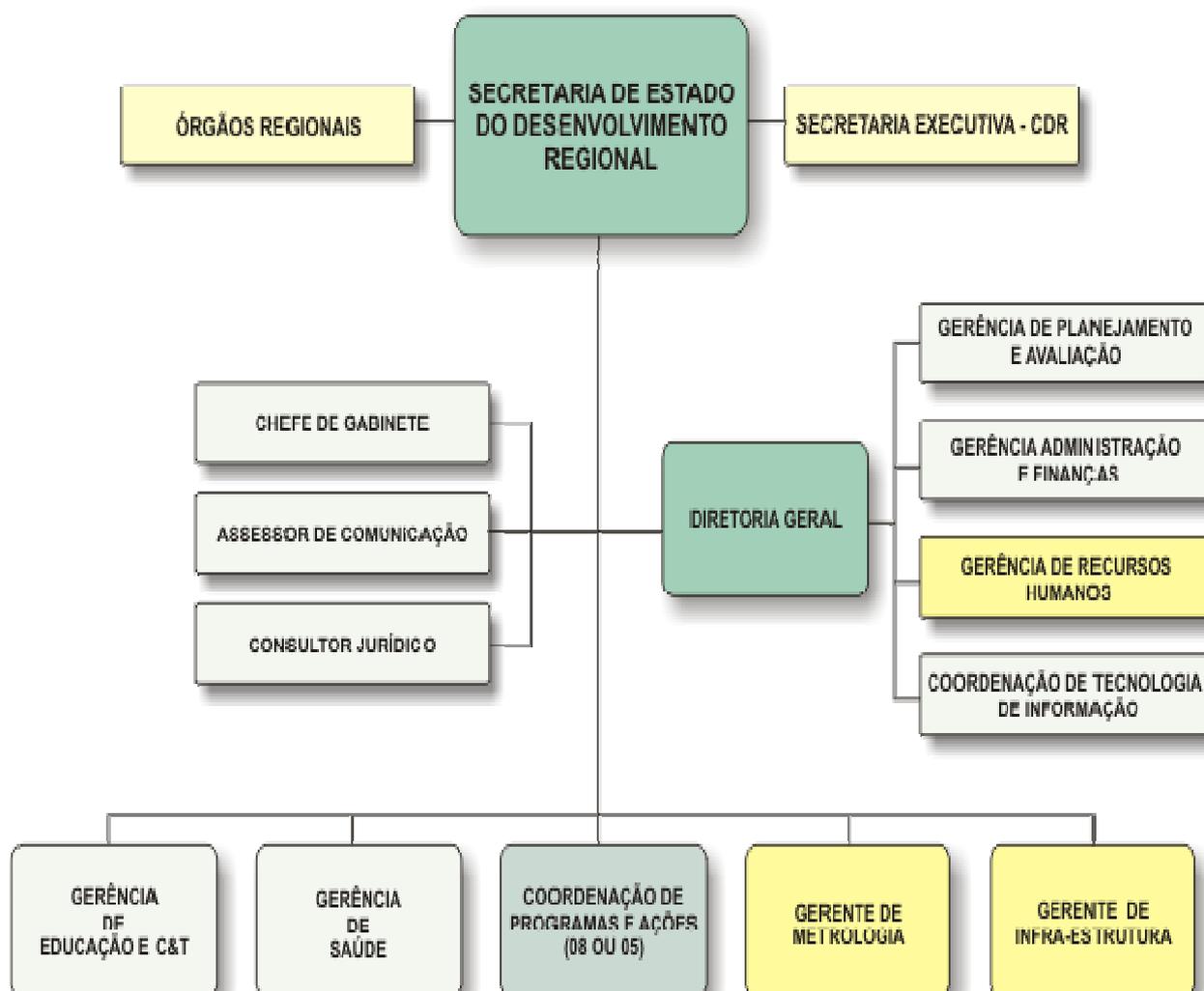
Fonte: PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A tabela 3 mostra que em relação aos índices de longevidade, educação, renda e Índice Desenvolvimento Humano Municipal, há equilíbrio entre os municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional da região de Rio do Sul. No que se refere à longevidade e educação, os índices da região ficam bem próximos da média do Estado, perdendo no índice de renda, comprometendo assim, IDHM em relação ao Estado.

Apesar da diversidade a região de Rio do Sul mostra certa homogeneidade em termos de indicadores de desenvolvimento socioeconômico e cultural, embora seja visível a diferença em tamanho, população e principalmente industrialização, claramente mais concentrada no município sede da SDR.

6. Organograma da SDR de Rio do Sul

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional



6.1 Atribuição e função dos cargos

As funções executivas dos funcionários da SDR de Rio do Sul obedecem ao organograma acima, exceto, os cargos que compõem o Conselho de Desenvolvimento Regional, órgão de apoio as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Regional além de algumas gerencias que não chegaram a ser implementadas, outras extintas e algumas novas criadas.

- O Secretário de Desenvolvimento Regional: é o executivo que representa o Governador do Estado na região. Dentre as mais diversas obrigações compete ao secretário representar o

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Governo do Estado no âmbito da respectiva região, articular as suas ações, promovendo a integração regional dos diversos setores da administração pública promovendo a compatibilização do planejamento regional com as metas do Governo do Estado e com as necessidades da região, além de representá-lo politicamente.

- Secretaria Executiva: órgão de apoio deliberativo, do qual faz parte o conselho de Desenvolvimento Regional, que será objeto de explicação posteriormente.

- Órgãos Regionais são as fundações, autarquias estaduais, como: IPESC, CASAN, CELESC, CIDASC, EPAGRI, Representações da Segurança Civil, Militar etc., são subordinados à SDR e, periodicamente, devem realizar reuniões conjuntas para elaborar o planejamento estratégico regional.

- Diretoria Geral: neste setor o diretor geral ocupa a função de uma espécie de gerente, que comanda e faz funcionar toda estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional, os funcionários administrativos estão subordinados a este diretor.

- Gerente de Planejamento e Avaliação: compete ao titular, deste cargo e equipe, planejar e avaliar todas as ações da Secretaria de Desenvolvimento independentemente da ação que será implementada e do setor que fará parte da ação.

- Gerência de Administração e Finanças: esta gerência absorveu as gerências de recursos humanos e coordenação de tecnologia de informação embora, apareçam no organograma como setores independentes. Faz parte também da gerência de administração e finanças, o setor de contabilidade da secretaria.

- Assessoria de Comunicação: compete a este departamento assessorar a Secretaria de Desenvolvimento em todas as ações e eventos realizados bem como, cumprir as funções principais de assessoria de imprensa, ou seja, divulgar aos todas as realizações da SDR junto aos órgãos de comunicações. O cargo de chefe de gabinete foi extinto.

- Consultor Jurídico: ao consultor jurídico compete analisar e dar parecer a todas as demandas jurídicas que envolvam a SDR, avaliar as possíveis implicações relacionadas a convênios entre SDR e outras instituições, pessoas jurídicas e físicas.

- Gerência de Educação e Ciência e Tecnologia: concentra todas as decisões sobre educação na região, coordena 18 escolas públicas da região, o NEP – Núcleo de Ensino Profissionalizante e o EFA que é um modelo de ensino semelhante aos supletivos, escolas de

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

conclusão do ensino médio e, uma instituição escolar de ensino técnico, participante da Rede de Ensino Estadual do Estado de Santa Catarina conforme decreto nº 1.349 de 21 de janeiro de 2004, os cursos, de nível médio e poderão ser frequentados por alunos matriculados nos segundos e terceiros anos, ou por quem já concluiu o Ensino Médio.

- Gerência de Saúde: concentra-se na SDR de Rio do Sul a administração e gerência dos serviços saúde do alto Vale do Itajaí, incluindo, os municípios de outras SDRs da região. Esta divisão feita regionalmente é anterior à implantação das SDRs e acompanha os parâmetros regionais da Associação dos Municípios.

- A Coordenação de Programas e Ações foi extinta por não haver necessidade, já que cada gerência, determina seus planos de ações.

- Gerência de Metrologia: esta gerência, embora conste do organograma, não foi implantada pela SDR de Rio do Sul.

- Gerência de Infraestrutura: como o título deixa claro esta gerência busca solucionar problemas de reformas de acessos entre os municípios, reforma de escolas, fiscaliza obras e convênios relacionados à infraestrutura. Embora não conste do organograma da SDR também compõem a estrutura funcional as seguintes gerências:

- Gerência de Turismo, Esporte e Cultura, que empreendem ações como, palestras, seminários, incentivam e assessoram os municípios da região em todas as ações que envolvam aquela gerência.

- Gerência Assistência Social, Trabalho e Habitação: as principais atribuições desta gerência são organizar forças tarefa de cunho social e utilizam entidades como, SINE, Sistema Nacional de Emprego, para atingir seus objetivos.

- Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura: as atribuições desta gerência priorizam ações que visam educar para o desenvolvimento sustentável através de incentivos à elaboração projetos econômicos comprometidos com o respeito ao meio ambiente, ações de apoio a agricultura como: calcário e micro bacias realizando palestras e seminários.

Os salários dos funcionários da SDR de Rio do Sul obedecem aos mesmos critérios do funcionalismo estadual, ou seja, de acordo com os níveis determinados através de leis que regulamentam os cargos e salários dos funcionários públicos estaduais.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

6.2 Conselho de Desenvolvimento Regional

O Conselho de Desenvolvimento Regional foi criado pelo Artigo 57 com a seguinte deliberação:

Os Conselhos de Desenvolvimento Regional terão a seguinte composição:

I - membros natos:

- a) o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional;
- b) todos os Prefeitos da região de abrangência;
- c) todos os Presidentes de Câmara de Vereadores da região de abrangência; e

II - representantes dos segmentos sócio-culturais, sócio-políticos, sócio-ambientais e sócio-econômicos mais expressivos da região, assegurando a representatividade empresarial e dos trabalhadores, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.

O Conselho de Desenvolvimento Regional é o coração da SDR. A descentralização não se restringiu a dividir a responsabilidade administrativa entre os secretários regionais e setoriais. Ela transferiu para a população o direito de definir os rumos da região criando os Conselhos de Desenvolvimento Regional. Assim, esses conselhos, com caráter deliberativo, integram representantes dos mais ecléticos segmentos sociais, proporcionando uma amplitude ímpar de discussões, idéias e deliberações. Os cargos que compõem o Conselho de Desenvolvimento Regional não são remunerados.

Nenhum projeto ou ação, convênio, financiamento ou parceria do Estado com qualquer município ou entidade é executado sem antes obter a aprovação do Conselho. Por isso, ele é formado de tal maneira que possa integrar segmentos sociais diversos e tomar suas decisões sem vinculações político-partidárias.

O grupo se reúne de forma itinerante, em sistema de rodízio entre os municípios, pelo menos uma vez por mês. Em cada cidade por onde passa, a comunidade pode acompanhar as discussões já que as reuniões são abertas ao público em geral. Além desses representantes municipais, o grupo conta com o apoio de outros três conselheiros que representam o Estado: dois da área de segurança pública e um do setor fazendário. Estes, porém, não têm direito a voto durante as deliberações.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Os conselheiros são representantes dos interesses de seus municípios e mais que isso, porta-vozes das discussões de cada setor. Esse grupo é responsável por todo o planejamento regional e pela definição das prioridades dos municípios. Nas reuniões do conselho são apresentadas as demandas dos municípios e, após discussão e aprovação os projetos são encaminhados a SDR que buscará os recursos junto às secretarias setoriais, ou seja, recursos para o turismo da secretaria de turismo, de transportes na secretaria de transportes e assim sucessivamente.

Em tese por conter entre seus membros representantes dos segmentos sócio-culturais, sócio-políticos, sócio-ambientais e sócio-econômicos mais expressivos da região, o conselho assegura a representatividade empresarial, dos trabalhadores e da sociedade como um todo. Quanto maior a participação da sociedade civil, maior será a transparência e o controle das ações para promover, de forma articulada com a SDR, o Desenvolvimento Regional,

7 Considerações finais

Objetivamente a criação de Secretarias de Desenvolvimento Regional transforma-se em uma aspiração de todas as regiões do Estado e, em Rio do Sul não foi diferente de outras cidades. A participação dos atores locais nas decisões da SDR de Rio do Sul é de suma importância para contemplar as demandas econômico-sociais necessária para o crescimento e desenvolvimento sustentado da região.

A construção e desenvolvimento de uma região passam pela participação da sociedade constituída formalmente através de entidades de representação influenciando nas ações de interesse coletivo pelo desenvolvimento regional.

A necessidade de acomodar politicamente os partidos que apóiam um governo eleito, acaba se sobrepondo às necessidades reais de se ter uma representação do governo mais próxima.

Este detalhe, de certa forma, deixa dúvida quanto à transparência e isenção de influência política nas decisões tomadas dentro de uma SDR. Porém, considerando que o Conselho de Desenvolvimento Regional é composto por representantes dos segmentos sócio-culturais, sócio-

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

políticos, sócio-ambientais e sócio-econômicos mais expressivos da região, há um equilíbrio de forças nos momentos de decisão.

Os participantes do Conselho alem, dos prefeitos e presidentes de câmaras de vereadores, na verdade são nomeados pelos prefeitos municipais demonstrando, que a sociedade participa apenas em parte das decisões já que eleitos pelo voto popular entre os representantes, são apenas os prefeitos e vereadores.

Dentro deste contexto pode-se afirmar que o ideal seria que os membros do conselho fossem escolhidos entre os líderes comunitários, já que existem em todos os municípios associações de bairros atuantes. Essas lideranças estão preparadas para assumir funções de interesse comunitário, pois convivem diariamente com os problemas sociais comuns a todos os municípios e busca sempre o consenso e participação dos integrantes da comunidade.

Por este pressuposto é possível afirmar que mesmo sendo um órgão político a constituição de uma SDR, de certa forma, ao contemplar diversos segmentos da sociedade de uma região reúne condições para praticar o exercício da democracia e, pode promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma região por conhecer melhor os problemas regionais.

Conclui-se que causa certa estranheza o fato de como uma Secretaria de Desenvolvimento Regional que tem como característica principal descentralizar as ações governamentais, tenha que buscar os recursos junto às secretarias setoriais ao invés de contar com os recursos na própria secretaria? Fica a dúvida em relação ao sentido pratico da palavra descentralização, de fato e de direito.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Planejamento e desenvolvimento regional

Referências Bibliográficas:

ABRUCIO, Fernando. **Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ABRUCIO, F. “**A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro**”. In: *Federalismo na Alemanha e no Brasil/ Wilhelm Hofmeister e José M. B. Carneiro (Org.) – Fundação Konrad Adenauer, Série Debates n° 22, Vol. I, 2001.*

ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: **Descentralização em um Estado Federativo**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, Junho, 1999.

BORBA, Julian; LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. **Orçamento Participativo: Análises das experiências desenvolvidas em Santa Catarina**: Florianópolis: Insular, 2007.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.

ISLA, A; COLMENGNA, P. (org.) *Política y poder en los procesos de desarrollo*. Buenos Aires: Editorial de las Ciências; FLACSO, 2005.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a Escala Humana -Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Editorial Nordan-Comunidad. Montevideo, Uruguay 1993.

SANTOS Junior, Orlando Alves. **Democracia e Governo Local**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.